TESOURONACIONAL

2022

RREO em Foco da União

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Executivo do Ministério da Economia
Marcelo Pacheco dos Guaranys

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento
Esteves Pedro Colnago Junior

Secretário Especial Adjunto do Tesouro e Orçamento
Júlio Alexandre Menezes da Silva

Secretário do Tesouro Nacional
Paulo Fontoura Valle

Secretária Adjunta do Tesouro Nacional
Janete Duarte Mol

Subsecretário de Administração Financeira Federal (SUAFI)
Marcelo Pereira de Amorim

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal (SUPEF)
Davi Rebelo Athayde

Subsecretário de Gestão Fiscal (SUGEF)
Adriano Pereira de Paula

Subsecretário da Dívida Pública (SUDIP)
Otavio Ladeira de Medeiros

Subsecretário de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN)
Pricilla Maria Santana

Subsecretária de Assuntos Corporativos (SUCOP)
Paula Bicudo de Castro Magalhães

Subsecretário de Contabilidade Pública (SUCON)
Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Coordenador-Geral de Contabilidade da União
Luciano Moura Castro do Nascimento

Coordenador de Informações Contábeis e Fiscais da União
Renato da Costa Usier

Gerente de Informações Contábeis
Henrique Guilherme do Amaral Santos

Equipe Técnica
André Luiz Santana Ferrari
Marcelo Ferreira Guerra
Sandro Alex Bezerra Vieira

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional
Arte
Viviane Barros e Hugo Pullen
Informações
Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional
E-mail: ascom@tesouro.gov.br
Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

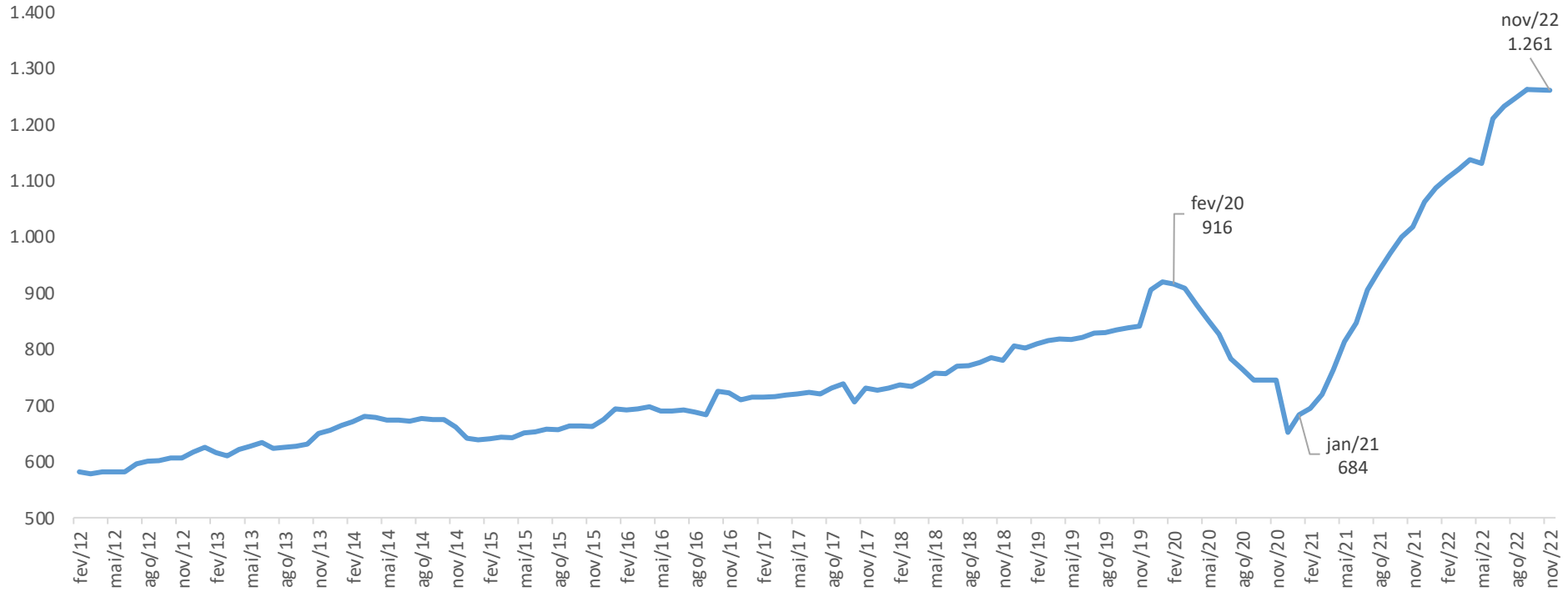
Sumário

Anexo 3 Port. STN 924/2021	Receita Corrente Líquida
Anexo 4 Port. STN 924/2021	Demonstrativos do RGPS e do RPPS
Anexo 7 Port. STN 924/2021	Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)
Anexo 8 Port. STN 924/2021	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
Anexo 12 Port. STN 924/2021	Demonstrativo das Despesas com Saúde
Tabela 1	Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social
Tabela 4	Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

Anexo 3
Port. STN 924/2021

Receita Corrente Líquida
Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Corrente Bruta	**1.030**	**1.135**	**1.220**	**1.243**	**1.283**	**1.361**	**1.408**	**1.536**	**1.691**	**1.514**	**1.986**	**2.371**
Receita Tributária	339	348	376	400	425	459	465	507	546	517	711	849
Receita de Contribuições	545	590	643	671	688	730	800	844	853	826	1.001	1.126
Demais Receitas Correntes	146	197	201	172	170	172	143	184	292	171	274	396
Deduções	**471**	**518**	**564**	**602**	**608**	**651**	**681**	**730**	**785**	**862**	**924**	**1.110**
Transf. Constitucionais e Legais	173	184	203	218	214	239	240	267	298	378	367	479
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	245	274	298	319	326	342	361	380	405	396	454	524
Outras Deduções	53	60	63	65	68	70	80	84	83	87	103	107
Receita Corrente Líquida (RCL)	**559**	**617**	**656**	**642**	**675**	**710**	**727**	**805**	**906**	**652**	**1.063**	**1.261**



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e Novras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

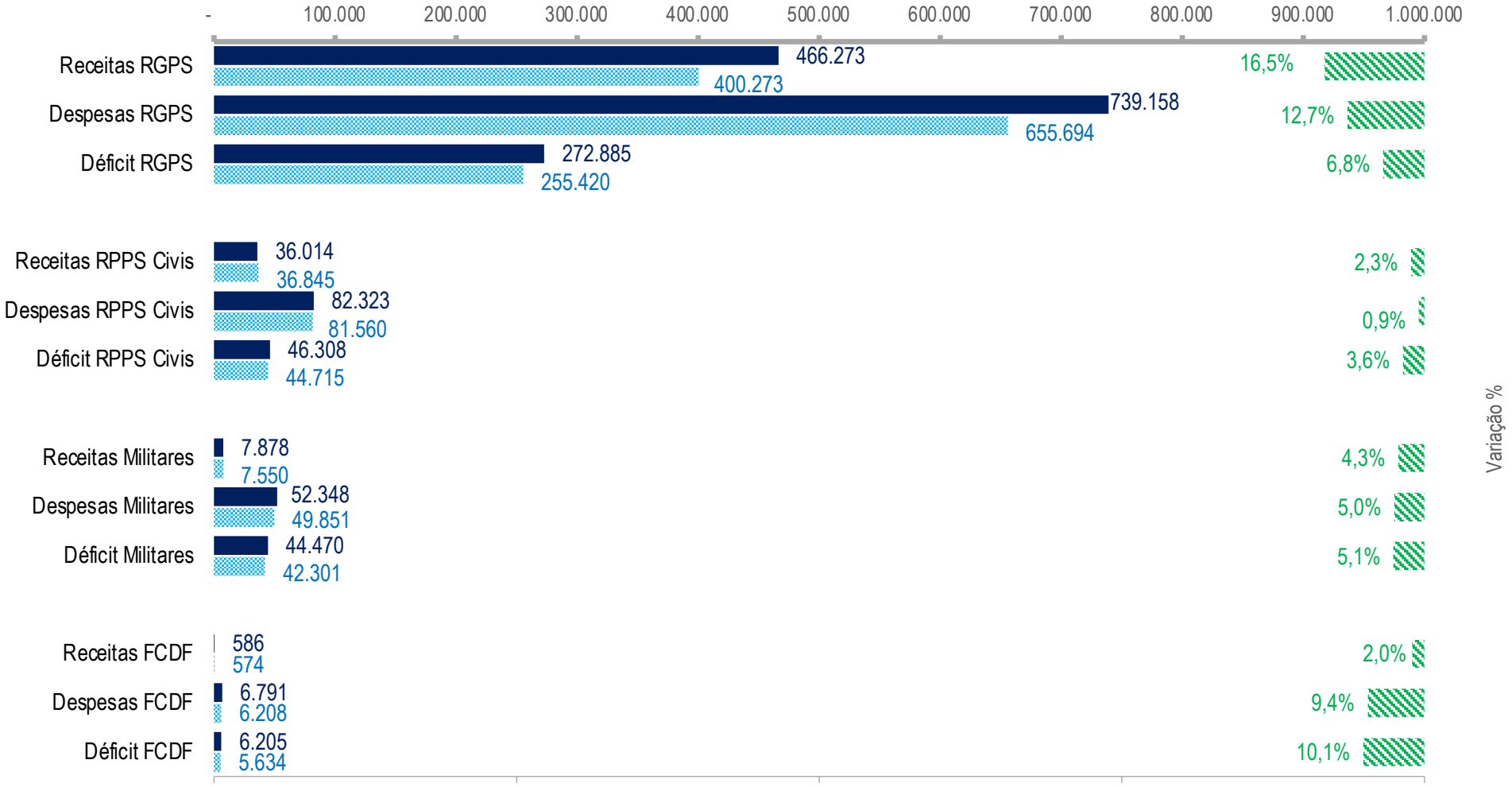
Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2022, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida.

Anexo 4
Port. STN 924/2021

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas
Receitas e Despesas Executadas - até Novembro/2022 (R$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES
No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF
A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

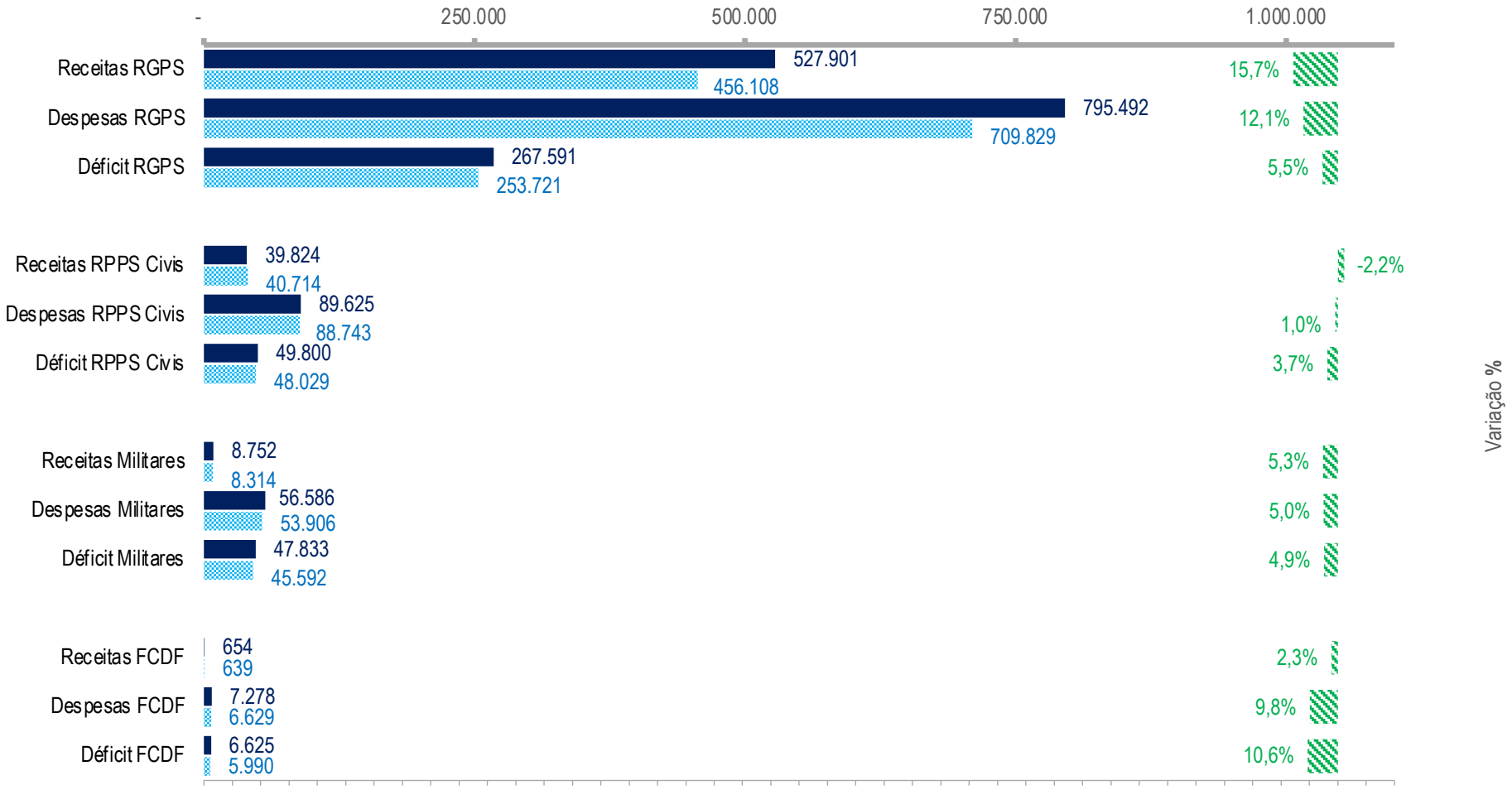
- 2022
- 2021
- Variação (%)

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2022, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4
Port. STN 924/2021

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas
Receitas e Despesas Executadas - Acumulado últimos 12 meses (R$ milhões)

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior



RGPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES
No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF
A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- Nov/2021 a Nov/2022
- Nov/2020 a Nov/2021
- Variação (%)

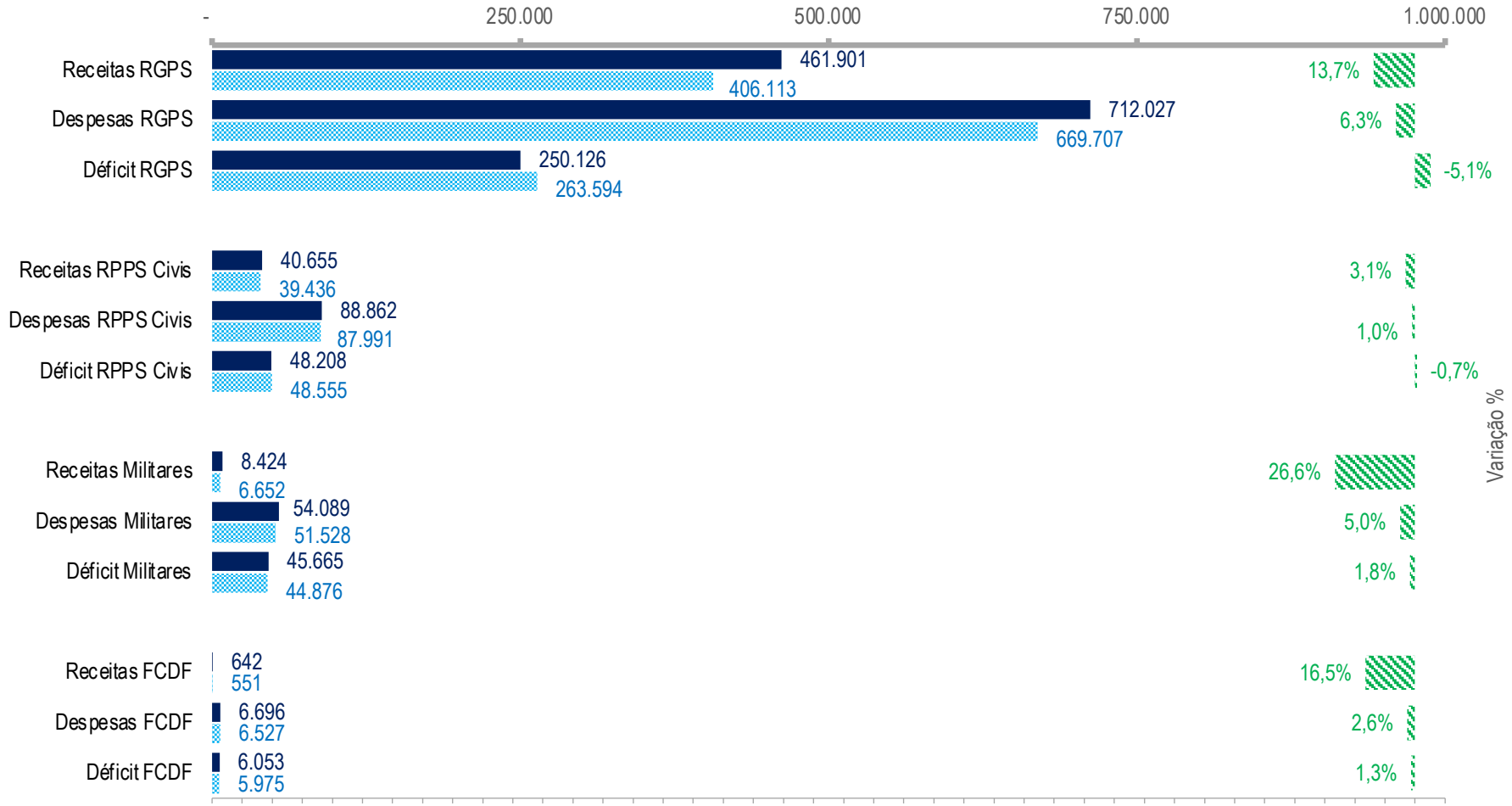
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2022, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4
Port. STN 924/2021

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas - 2021 e 2020 (R$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES
No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF
A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

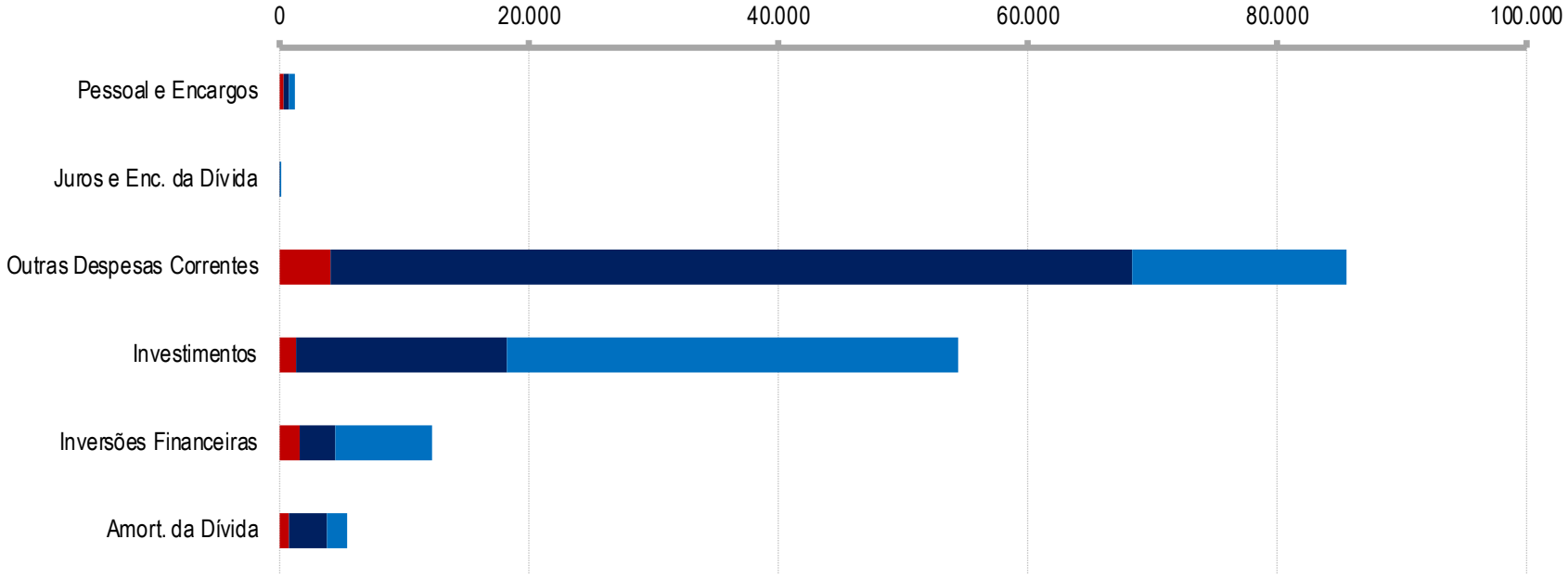
- 2021
- 2020
- % 2021/2020

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 7
Port. STN 924/2021

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)
Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Novembro/2022 (R$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



NÃO PROCESSADOS

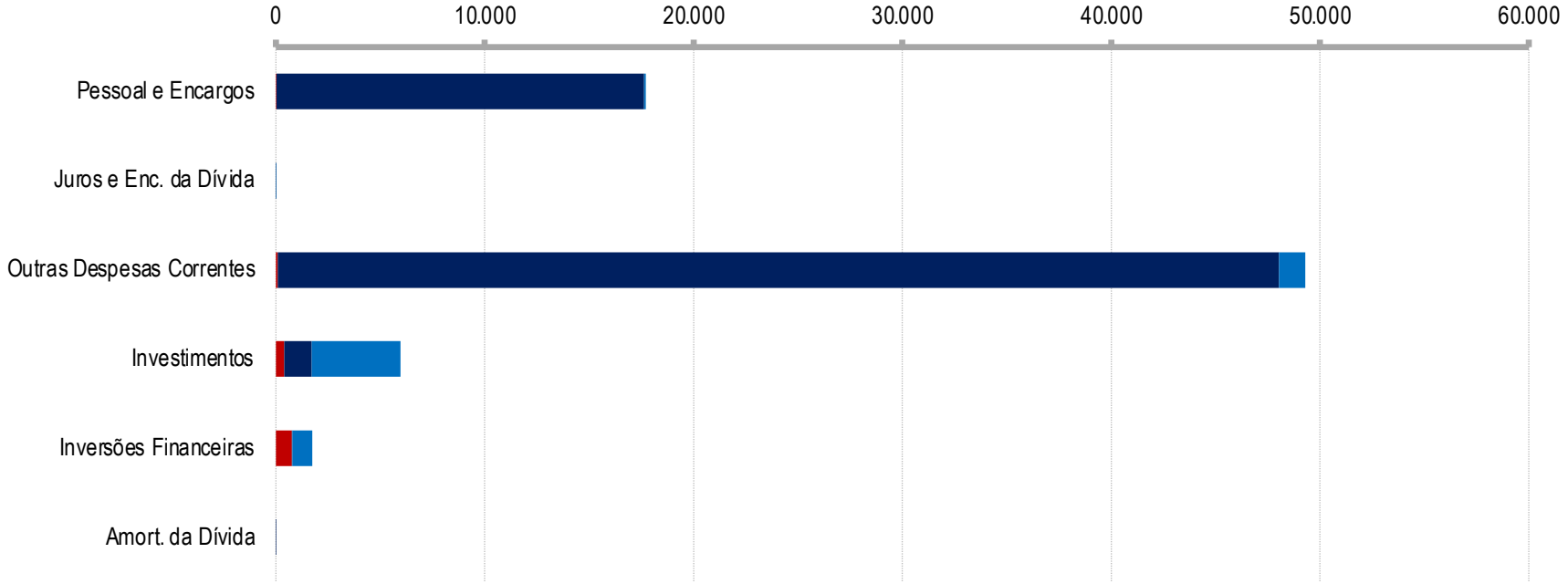
	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
Cancelado	304	-	4.087	1.339	1.608	753	8.091
Pagos	449	32	64.282	16.874	2.833	3.056	87.525
Saldo a Pagar	451	109	17.168	36.185	7.757	1.615	63.286
Total	1.205	141	85.537	54.398	12.198	5.423	158.902

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2022, Anexo 7.

Anexo 7
Port. STN 924/2021

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)
Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Novembro/2022 (R$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



PROCESSADOS

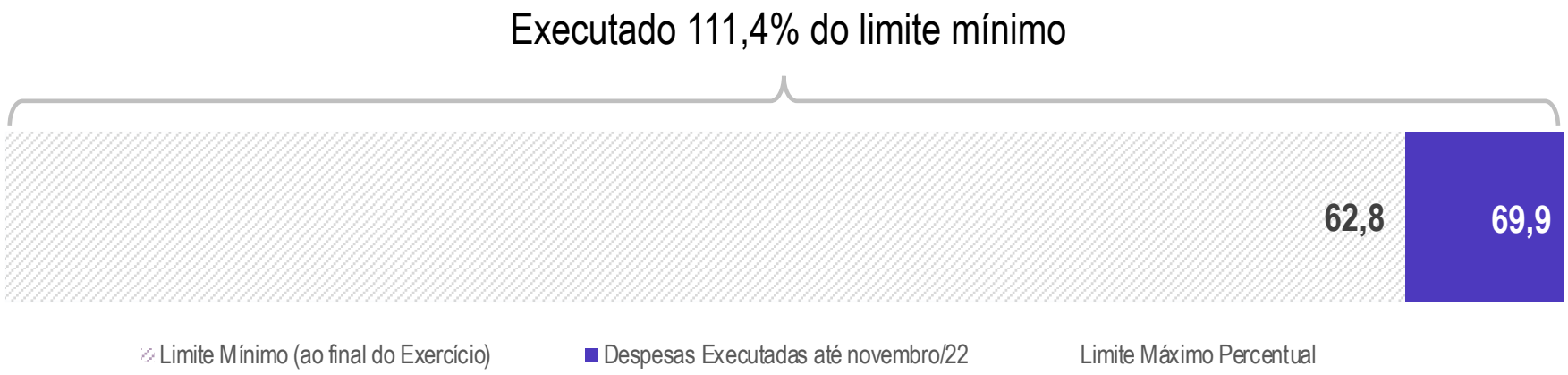
	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
Cancelado	28	-	102	401	770	-	1.301
Pagos	17.596	0	47.929	1.319	31	2	66.877
Saldo a Pagar	81	1	1.260	4.251	944	-	6.538
Total	17.706	1	49.291	5.971	1.745	2	74.716

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2022, Anexo 7.

Anexo 8
Port. STN 924/2021

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Novembro/2022 (R$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em despesas com MDE o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.



Receita Líquida de Impostos (RLI)
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

* Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, corresponde ao limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo correspondeu a 18% da RLI do exercício.

Comparação Despesas Executadas (em Novembro) X Limite Mínimo (em Novembro)

Limite de Educação	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	NOV/2022
Despesas Executadas com Educação	19,2	24,4	30,9	39,8	56,0	53,9	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	69,3	76,3	69,9
Limite Mínimo (em Dezembro)*	18,2	21,0	28,7	37,0	39,4	43,0	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4	55,6	62,8
Despesa Excedente ao Mínimo	**0,9**	**3,3**	**2,2**	**2,8**	**16,6**	**10,9**	**12,6**	**13,1**	**20,1**	**14,2**	**14,0**	**10,4**	**14,8**	**20,7**	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2022, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 8
Port. STN 924/2021

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Novembro/2022 (R$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Novembro/2022, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Novembro	RLI	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2022	465,1	62,8	69,9	111,4%
2021	388,0	55,6	62,5	112,3%
2020	277,3	54,4	56,3	103,5%
2019	297,6	52,7	53,0	100,7%
2018	274,8	50,5	55,8	110,6%
2017	249,7	49,0	53,4	109,1%
2016	247,6	46,6	55,0	118,0%
2015	237,3	46,5	51,6	110,8%
2014	224,2	44,2	46,3	104,8%
2013	214,3	43,0	39,0	90,7%
2012	201,5	39,4	39,2	99,5%
2011	190,0	37,0	28,7	77,6%
2010	143,6	28,7	23,5	81,7%
2009	89,5	21,0	18,1	86,3%

Receita Líquida de Impostos (RLI)
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

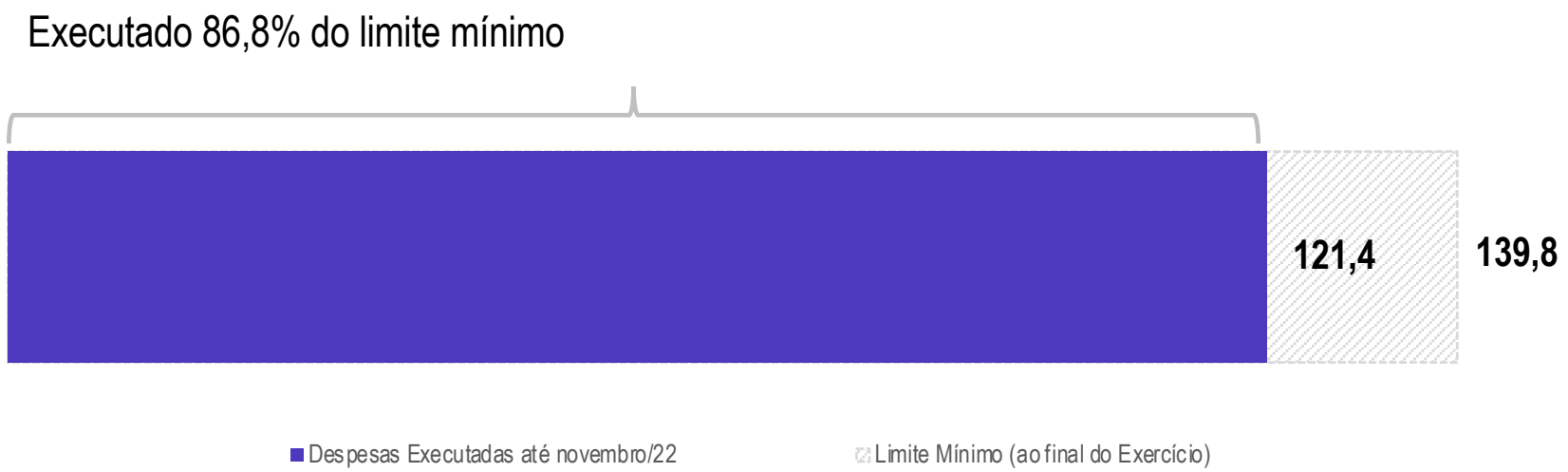
*Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, corresponde ao limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo correspondeu a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2022 e anteriores, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 12
Port. STN 924/2021

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Novembro/2022 (R$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.



Cálculo do Mínimo
O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Comparação Despesas Executadas (em Novembro) X Limite Mínimo (em Novembro)

Limite de Saúde	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	NOV/2022
Despesas Executadas com Saúde	48,7	58,3	62,0	72,4	80,1	83,1	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	122,3	161,0	179,1	121,4
Limite Mínimo (em Dezembro)	48,6	55,0	61,2	72,1	79,5	82,9	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2	127,1	139,8
Despesa Excedente ao Mínimo (no ano)	**0,1**	**3,3**	**0,7**	**0,2**	**0,6**	**0,1**	**0,3**	**1,7**	**10,9**	**5,6**	**4,5**	**5,0**	**39,7**	**52,0**	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2022, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Anexo 12
Port. STN 924/2021

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Novembro/2022 (bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Novembro/2022, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Novembro	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2022	139,8	121,4	86,8%
2021	123,8	141,2	114,0%
2020	121,3	133,4	110,0%
2019	117,3	96,6	82,4%
2018	112,4	97,2	86,5%
2017	109,1	90,9	83,3%
2016	95,4	87,7	91,9%
2015	98,3	85,2	86,6%
2014	91,6	79,2	86,4%
2013	82,9	67,2	81,0%
2012	79,5	61,0	76,7%
2011	72,1	55,3	76,7%
2010	61,2	50,3	82,1%
2009	55,0	44,6	81,2%

Cálculo do Mínimo
O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

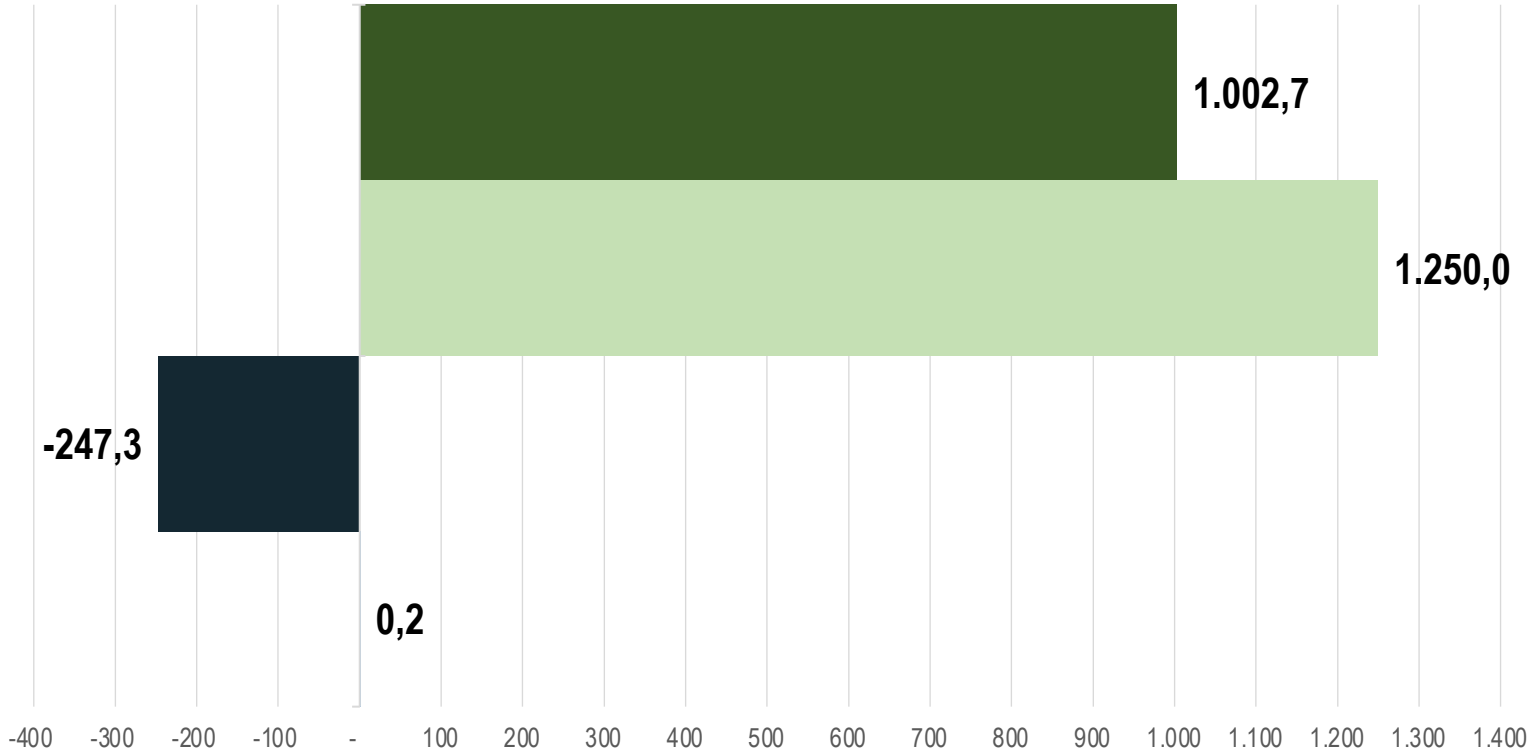
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2022 e anteriores, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Novembro/2022 (R$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



	R$ bilhões
Receitas da Seguridade Social	1.003
Despesas da Seguridade Social	1.250
Resultado	-247
DRU	0

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2022, Tabela 1-A – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Novembro/2022 (R$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Novembro de 2022, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RGPS	239,67	267,89	295,92	304,90	315,63	332,24	343,11	362,08	350,28	400,27	466,27
RPPS - Civil e FCDF	20,94	22,57	24,55	26,39	27,41	30,77	30,56	30,68	36,06	37,41	36,60
Pensões Militares	1,83	1,94	2,14	2,43	2,61	3,00	2,11	2,25	5,89	7,55	7,88
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	205,59	220,48	235,55	241,78	287,15	238,75	259,03	260,74	332,60	425,40	491,97
Total das Receitas	**468,03**	**512,88**	**558,16**	**575,49**	**632,78**	**604,75**	**634,81**	**655,76**	**724,83**	**870,63**	**1.002,73**
Despesas da Seguridade Social											
Despesas do RGPS	298,62	337,07	370,73	406,04	472,57	519,22	543,97	581,18	615,57	655,69	739,16
Saúde	61,01	67,19	79,16	84,57	87,65	90,91	97,21	96,63	133,41	141,17	121,38
Assistência Social	49,89	56,28	62,29	66,03	71,45	76,05	80,20	83,72	384,22	148,87	176,52
RPPS - Civil e FCDF	54,22	58,76	59,09	63,82	67,17	75,31	78,14	84,15	86,92	87,76	89,11
Seguro Desemprego	25,57	28,14	31,71	34,33	34,07	34,45	33,05	33,91	37,03	32,44	37,04
Pensionistas Militares	21,54	23,02	29,35	32,39	15,95	17,67	19,76	21,13	21,59	22,63	23,69
Abono Salarial	11,44	13,47	15,33	8,54	16,69	14,53	15,65	15,94	17,76	10,16	23,56
Demais Despesas	17,52	20,09	22,48	24,80	25,59	29,84	32,39	31,76	32,62	34,07	39,56
Total das Despesas	**539,81**	**604,03**	**670,16**	**720,51**	**791,14**	**857,98**	**900,38**	**948,43**	**1.329,12**	**1.132,79**	**1.250,02**
Resultado											
Resultado da Seguridade Social	**-71,77**	**-91,15**	**-111,99**	**-145,03**	**-158,35**	**-253,23**	**-265,57**	**-292,66**	**-604,29**	**-262,16**	**-247,29**
Receitas Desvinculadas (DRU)	50,31	52,28	54,79	55,80	85,88	92,18	100,55	100,83	0,18	0,19	0,20
Resultado com Receitas Desvinculadas	**-21,46**	**-38,88**	**-57,21**	**-89,23**	**-72,47**	**-161,06**	**-165,02**	**-191,84**	**-604,11**	**-261,97**	**-247,09**

Receitas da Seguridade Social
Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social
A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

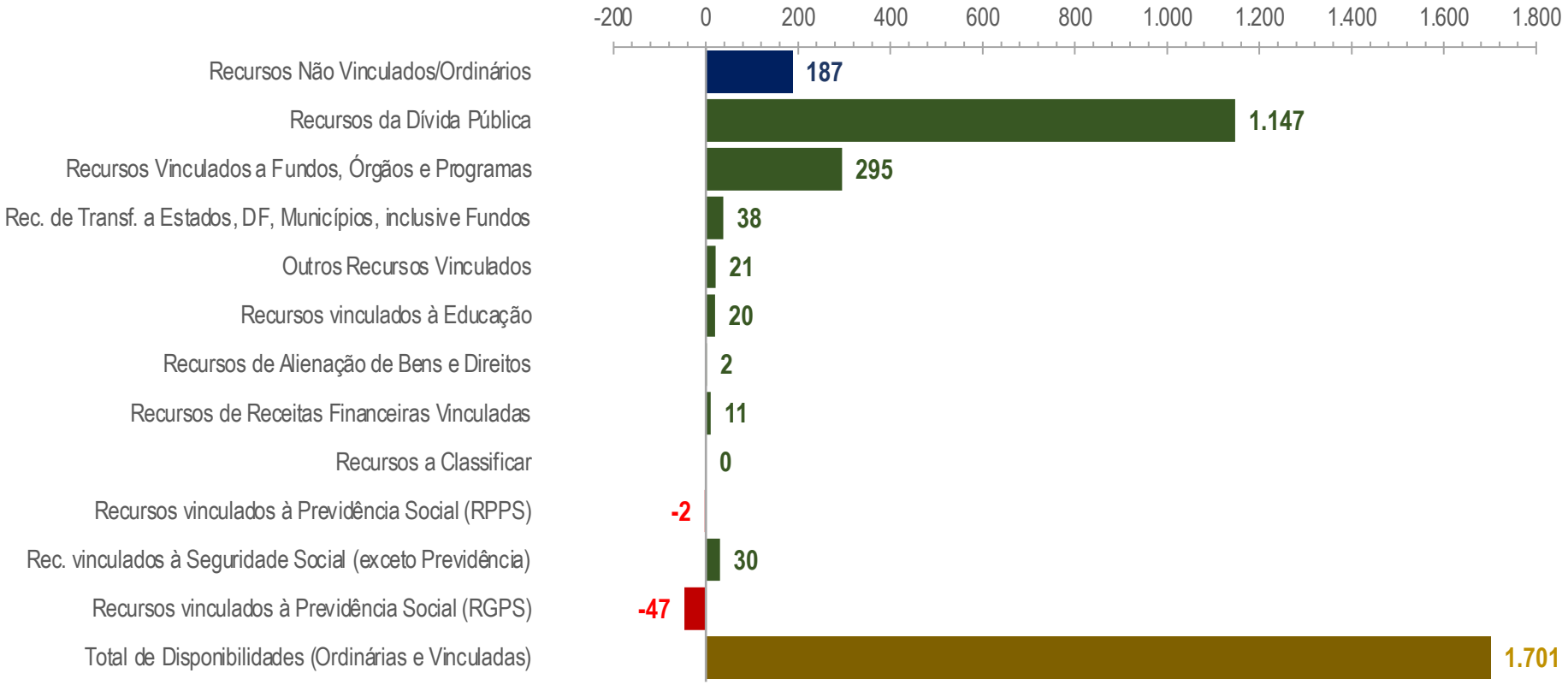
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2022 e anteriores, Tabela 1 –Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Novembro/2022 (R$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Novembro/2022, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2022, Tabela 4 – Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo.